

RUA CONSELHEIRO JOSÉ CLEMENTE PEREIRA

Decreto nº 4196 de 10-01-1973, Artigo 1º, Inciso III

Formada pela rua 12 do Jardim Campos Elíseos

Início na rua Domicio Pacheco e Silva

Término na rua Luiz Liberman

Jardim Campos Elíseos

Obs.: Decreto assinado pelo Prefeito Municipal Orestes Quércia. Do decreto consta: (1787-1854).

JOSÉ CLEMENTE PEREIRA

José Clemente Pereira nasceu na Vila do Castelo Mendo, Comarca de Troncoso, Portugal, em 17-fevereiro-1787 e faleceu no Rio de Janeiro, em 10-março-1854. Doutor em Direito Canônico pela Universidade de Coimbra, veio para o Brasil em 1815, dedicando-se por algum tempo à advocacia, até que em 1819 foi nomeado juiz de fora, encarregado de fundar a vila de Praia Grande, hoje Niterói. Desincumbiu-se da missão com inteira proficiência, procedendo, ele próprio, à medição das ruas e praças, edificando uma capela para matriz e organizando o abastecimento de água. Em 1821, ainda como juiz de fora, foi escolhido secretário da primeira convocação de eleitores em nosso país. A reunião foi dissolvida à bala, e ele foi ferido. Nesse mesmo ano foi eleito presidente da Câmara Municipal e a partir de então, teve destacada atuação no cenário político nacional. Opôs-se aos oficiais dos batalhões portugueses que, rebeldes, queriam forçar o juramento à constituição portuguesa e à criação de uma junta de nove membros para assistir aos de pachos do príncipe d. Pedro I. A 09-janeiro-1822, coube-lhe entregar ao príncipe a representação popular em que pedia a permanência de d. Pedro no Brasil, sendo a ele dada a célebre resposta do "Fico". Em setembro do mesmo ano, redigiu a circular em que se exigia do príncipe um juramento prévio de que manteria e defenderia a Constituição. Depois da Independência, Clemente Pereira iniciou sua carreira política. Em 1829, organizou um Ministério; em 1830, compilou o Código Penal Brasileiro. Atacado rudemente, foi deportado como anarquista e demagogo. Nas primeiras eleições que se realizaram no Brasil, no entanto, foi escolhido deputado simultaneamente por Minas Gerais, Rio de Janeiro e São Paulo, sendo em seguida nomeado Intendente Geral da Polícia. Colaborou na redação do Código Criminal e do Código Comercial. Eleito senador pelo Pará, foi ainda provedor e fundador da Santa Casa de Misericórdia, ministro da Justiça e por duas vezes ministro da Guerra. Foi um dos chefes da Maçonaria Brasileira e recursou sempre qualquer título de nobreza. Após sua morte, a viúva recebeu o título de Condessa de Piedade.

Dá denominação a vias públicas da cidade de Campinas.

O Prefeito Municipal de Campinas, usando das atribuições que lhe confere o item XIX, do artigo 39 do Decreto-Lei Complementar n.º 9, de 31 de dezembro de 1969

D E C R E T A :

Artigo 1.º — Ficam denominadas:

I — CONSELHEIRO MARTIN FRANCISCO (1775—1844) a rua 14 do Jardim Campos Elíseos, que tem início na Avenida 2 e término na Avenida 1.

II — CONSELHEIRO ANTONIO CARLOS (1773—1845) a rua formada pelas ruas 10 e 13 do Jardim Campos Elíseos, com início na Avenida 1 e término na mesma Avenida.

III — CONSELHEIRO JOSÉ CLEMENTE PEREIRA — (1787-1854) a rua 12 do Jardim Campos Elíseos, que tem início na rua 23 e término na rua Luiz Liberman.

IV — SOROR JOANA ANGELICA DE JESUS — a rua 11 do Jardim Campos Elíseos, que tem início na rua 23 e término na rua Luiz Liberman.

V — FREI CANECA (Joaquim do Amor Divino Caneca) — (1779-1825) a rua 9 do Jardim Campos Elíseos, que tem início na avenida 1 e término na avenida 3.

VI — MANOEL DE CARVALHO PAES DE ANDRADE — (1778-1855) a rua 8 do Jardim Campos Elíseos, que tem início na rua 23 e término na rua 20.

VII — CONEGO JANUARIO DA CUNHA BARBOSA — (1780-1846) a rua 7 do Jardim Campos Elíseos, que tem início na rua 23 e término na avenida 1.

VIII — PADRE EMILIO MOTTI (1834-1957) — SACERDOTE E EDUCADOR — a rua 11 do Jardim Garcia, 1.ª Gleba, que tem início na rua 20 e término na rua Castelnuovo.

IX — SYBELE DE CAMARGO ANDRADE (1904—1971) — CIDADÃ PRESTANTE — a rua 7 do Jardim Garcia, 2.ª gleba, que tem início na rua 15 e término na rua 17 do mesmo loteamento.

X — PASCHOAL CIOLFI (1905—1976) — CIDADÃO PRESTANTE — a rua 34 do Jardim Campos Elíseos, que tem início na rua 5 e término na avenida 2.

XI — JORGE WHITEMANN (1899-1972) MUSICISTA — a rua 6 do Jardim Garcia, 1.ª gleba, que tem início na rua 20 e término na rua Castelnuovo.

XII — FRANCISCO VIVALDI (1909-1972) — FUNCIONÁRIO EXEMPLAR — a praça delimitada pelas ruas Capistrano de Abreu, rua Serra do Piauí, rua Barretos e rua 6, todas situadas no loteamento Jardim Novo São José.

XIII — FRANCISCO FERREIRA PIRES (1813-1872) CIDADÃO PRESTANTE — a rua 31 do Jardim Campos Elíseos, que tem início na rua 34 e término na divisa do loteamento.

XIV — ODILON TREFIGLIO (1910-1965) — CIDADÃO PRESTANTE — a rua 17 que tem início na avenida 1 e término na rua 3 do mesmo loteamento, no Jardim Campos Elíseos.

XV — MARIO RIBEIRO DO AMARAL (1926-1972) EXPEDIENTÁRIO — a rua 25 do Jardim Campos Elíseos, que tem início na rua 15 e término na divisa do loteamento.

XVI — ORESTES COLOMBARI (1886-1952) — ARTISTA PINTOR — a rua 16 do Jardim Campos Elíseos, que tem início na rua 41 e término na rua 3 do mesmo loteamento.

XVII — ERNESTO ALVES FILHO (1911-1972) — EDUCADOR EMÉRITO — a rua 15 do Jardim Campos Elíseos, que tem início na rua 5 e término na rua 3 do mesmo loteamento.

XVIII — DANILO GLAUCO PEREIRA VILLAGELIN — (1923-1972) — JORNALISTA — a rua 8 do Jardim Campos Elíseos, que tem início na rua 23 e término na rua 20 do mesmo loteamento.

XIX — BENEDICTO RODRIGUES GOUVEA — (1922-1972) JORNALISTA PRESTANTE — a rua 6 do Jardim Campos Elíseos, que tem início na rua 23 e término na avenida do mesmo loteamento.

XX — DR. IRINEU DE OLIVEIRA LEME (1931-1972) CIDADÃO PRESTANTE — a rua 6 do bairro de São Bernardo, que tem início na rua Ceará e término na rua Espírito Santo.

Artigo 2.º — Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Campinas, 10 de janeiro de 1973.

DR. ORESTES QUÉRCIA
PREFEITO MUNICIPAL
DR. JOÃO BAPTISTA MORANO
SECRETÁRIO DOS NEGÓCIOS JURÍDICOS
Eng.º JÚLIO CESAR PILENSO
SECRETÁRIO DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS

Redigido na Consultoria Jurídica da Secretaria dos Negócios Jurídicos com os elementos constantes dos protocolos números: — 00794/72, — 022860/72, — 031611/72, — 031613/72, — 031614/72, — 031615/72, 032676/72, 032308/72, 033510/72, 033976/72, 030617/72, 030354/72, e publicado no Departamento de Expediente do Gabinete do Prefeito em 10 de janeiro de 1973.

GERALDO CESAR BASSOLI CEZARE
CHEFE DO GABINETE





RUA CONSELHEIRO JOSÉ CLEMENTE PEREIRA

Nasceu na Vila do Castelo Mendo, Comarca de Troncoso, Portugal, em 17-fevereiro-1787.

Faleceu no Rio de Janeiro, em 10-março-1854.

No dia 17 de fevereiro de 1787, nasceu, em Portugal, José Clemente Pereira, um dos propagandistas da Independência do Brasil — José Clemente Pereira já era homem feito quando chegou ao Brasil. Veio para lutar pela nossa independência. Nomeado Juiz de Fora em Niterói, foi escolhido em 1821 secretário da primeira convocação de eleitores em nosso país. A reunião foi dissolvida à bala, e ele foi ferido. Era um dos chefes da Maçonaria Brasileira. Foi a ele que D. Pedro deu a célebre resposta, conhecida como "O Fico". Depois da Independência, Clemente Pereira iniciou sua carreira política. Em 1829, organizou um Ministério; em 1830, compilou o Código Penal Brasileiro. Recusou sempre qualquer título de nobreza. Após a sua morte, a viúva recebeu o título de Condessa de Piedade. Foi a favor da decretação da maioria de D. Pedro II. Deve-se a Clemente Pereira o grande desenvolvimento da Santa Casa da Misericórdia, estabelecimento modelar na época, e a construção do Hospital de Alienados D. Pedro II. tanto lutou ele por essa obra que, na inauguração do prédio, o Imperador exigiu que se colocasse junto ao seu busto u o busto de José Clemente Pereira-



José Clemente Pereira

A 10 de março de 1854 faleceu no Rio de Janeiro o estadista José Clemente Pereira, nascido em Adam, Portugal, a 17 de fevereiro de 1787. Doutor em Direito e canones pela Universidade de Coimbra, veio para o Brasil em 1815, dedicando-se à advocacia, até ser nomeado, em 1819, juiz de fora encarregado de fundar a vila de Praia Grande, hoje Niterói. Dessa missão se desincumbiu com inteira proficiência. Em 1821, ainda como juiz de fora, seguiu para a corte e foi eleito presidente da Câmara Municipal. A partir dessa época, teve destacada atuação no cenário político nacional. Foi quem se opôs aos oficiais dos batalhões portugueses que, em franca rebelião, pretendiam fosse jurada a Constituição portuguesa e se desse ao príncipe d. Pedro uma junta de nove membros para assistir aos despachos. No dia 9 de janeiro de 1822, coube-lhe entregar ao príncipe a representação popular em que se pedia a permanência de d. Pedro no Brasil. Em setembro do mesmo ano, redigiu a circular na qual se exigia do príncipe um juramento prévio de manter e defender a Constituição. Atacado rudemente, foi deportado como demagogo e anarquista. Nas primeiras eleições que se realizaram no Brasil, entretanto, foi escolhido simultaneamente deputado por Minas, Rio e São Paulo. Mais tarde, elegeu-se senador pelo Pará, e foi, por duas vezes, ministro da Guerra. Redigiu o Código Criminal e o Código Comercial.



José Clemente Pereira



José Clemente Pereira

NASCEU a 17 de fevereiro de 1787 em Adem, Portugal, e faleceu no Rio de Janeiro, a 10 de março de 1854. Doutor em Direito Canonico pela Universidade de Coimbra, veio para o Brasil em 1815, dedicando-se, por algum tempo, à advocacia, até que em 1819 foi nomeado juiz de fora, encarregado de fundar a vila de Praia Grande, hoje Niterói. Desincumbiu-se da missão com inteira proficiência, procedendo, ele proprio, à medição das ruas e praças, edificando uma capela para matriz (não existe mais) e organizando o abastecimento de agua. Em 1821, ainda como juiz de fora, seguiu para a Capital do país e foi eleito presidente da Camara Municipal. A partir dessa época, teve destacada atuação no cenário político nacional. Opôs-se aos oficiais dos batalhões portugueses que, em franca rebeldia, queriam forçar o juramento à constituição portuguesa e à criação de uma junta de nove membros para assistir aos despachos do príncipe d. Pedro I. No dia 9 de janeiro de 1822, coube-lhe entregar ao príncipe a representação popular, com oito mil assinaturas, em que se pedia a permanência de d. Pedro no Brasil. Em setembro do mesmo ano, redigiu a circular em que se exigia do príncipe um juramento previo de que manteria e defenderia a Constituição. Atacado rudemente, foi deportado como anarquista e demagogo. Nas primeiras eleições que se realizaram no Brasil, entretanto, foi escolhido deputado simultaneamente por Minas Gerais, Rio de Janeiro e São Paulo, sendo em seguida nomeado Intendente Geral da Polícia. Colaborou na redação do Código Criminal e do Código Comercial. Eleito senador pela provincia do Pará, foi ainda provedor e fundador do Hospital da Misericórdia, ministro da Justiça e, por duas vezes, ministro da Guerra.